



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de consócio público para prestação de serviços médicos especializados (consultas, exames e procedimentos), para atender às necessidades e demandas da saúde pública do município de Frutal (MG) até o dia 31 de dezembro de 2026.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Contratação se faz necessário para dar maior agilidade da demanda.

Diante disso, a contratação de consórcio de saúde pela Administração Pública é justificada pela busca de eficiência, economia de recursos, melhoria na qualidade dos serviços e ampliação do acesso, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais robusto e sustentável.

A contratação do consorcio de saúde, oferece uma abordagem coletiva para o cuidado com a saúde, proporcionando benefícios financeiros, acesso facilitado a serviços médicos e promovendo a prevenção.

Essa pratica não apenas beneficia os indivíduos, mas também contribui para a construção de sistemas de saúde públicos mais eficientes.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Cumpre esclarecer que a contratação do objeto em tela será realizada via procedimento de Dispensa, sem necessidade de licitação, por se tratar de Contrato de Programa a ser celebrado junto a consórcio público, conforme possibilita o artigo do artigo 75 da Lei 14.133/21 e Lei 11.107/2005 e suas alterações.

4. DESCRIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DE VALOR:

4.1. A contratação desse prestador será até o final do ano vigente (31 de dezembro de 2026).



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

4.2. Os serviços serão utilizados conforme necessidade, incluindo finais de semana, feriados e recessos.

4.3. Foi estipulado um custo para o período da prestação dos serviços a serem utilizados no valor de até R\$ 1.381.046,50 (um milhão trezentos e oitenta e um mil e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) para o que houver necessidade de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde até o dia 31 de dezembro de 2026.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

5.1 Diante da necessidade de prestação de serviços de saúde para a população que visem redução do risco de doenças e outros agravos e sendo que a saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão, conforme previsto pela Constituição Federal, a gestão municipal precisa estabelecer estratégias para garantir acesso igualitário e universal.

5.2. Para a programação de políticas públicas de saúde são necessárias condições técnicas e financeiras para planejamento e execução das ações, como materiais, recursos humanos, tecnologias, apoio diagnóstico e buscar parcerias para melhoria do processo de gestão e de organização dos sistemas de saúde para atendimento das demandas tornam-se essencial, uma vez que o município sozinho não possui condições de ofertar todos os serviços de saúde necessários para a população.

5.3. Dessa forma, a parceria com o consórcio público é importante para fortalecimento da gestão e assistência de saúde de média e alta complexidade, para melhor acesso aos serviços e ampliação da oferta, garantindo a promoção, prevenção e recuperação da saúde do cidadão.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Verificar minuciosamente, a conformidade dos serviços prestados, para fins de aceitação e recebimento definitivo do objeto.

6.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação de serviços, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

6.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput). Sendo a Sra. Francisca Mara Pereira da Mata – Matrícula 218401

6.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que foi necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021 art. 117, § 10).

6.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/21, art. 117, §2º).

6.7. O contrato deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato (Lei nº 14.133/2021 art. 118).

6.8. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

6.9. Dos critérios de aferição e medição para faturamento

6.9.1 A avaliação da execução do objeto utilizada o relatório de atendimentos realizados por paciente e relatório de serviços prestados enviados mensalmente pelo contratado, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos na tabela do Consórcio, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

6.9.2 O pagamento será realizado conforme o quantitativo de serviços realizados pela CONTRATADA, aceitos e aprovados pela fiscalização;

6.9.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá no prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

seção, prorrogáveis por igual período.

6.9.4. O setor competente deverá verificar se na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente constam as informações necessárias para a liquidação da despesa.

6.9.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.9.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em nome da empresa vencedora, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.10.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e Contrato, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2. Efetuar a prestação de serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

nº 8.078, de 1990);

7.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o serviço prestado incorretamente;

7.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.6. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Frutal (MG);

7.7. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Frutal (MG) ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Frutal (MG);

7.8. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Frutal (MG); quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

7.9. Quando se tratar de produtos, deve efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo constante no Termo de Referência, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;

7.10 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Frutal (MG) por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

7.11. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;

7.12 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista;

8.1.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionado ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma de respectiva legislação de regência.

8.1.2 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;

8.1.3. Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

8.2. Alvará de localização e funcionamento, com validade atualizada quando couber;

8.3 Alvara sanitário com validade atualizado e registro na Anvisa quando couber;

8.4. Declaração de atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizeram necessários.

9.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.1.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na prestação dos serviços.

9.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

proposta, devendo ser reparado ou substituído no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal, prejuízo da aplicação das penalidades;

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. DA SUBCONTRAÇÃO

11.1. Poderá haver subcontratação conforme normas vigentes.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES

A critério do Consórcio, desde que não seja contrário às

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

contratação sem motivo justificado;

- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n' 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

- a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- b) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c) Compensatória de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5.1. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o que será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade

competente.

12.11. Aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRUTAL

alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente desta prestação de serviço está estimada R\$ 1.381.046,50 (um milhão trezentos e oitenta e um mil e quarenta e seis reais e cinquenta) até o dia 31 de dezembro de 2026.

Classificação orçamentaria: 02.24.10.302.0046.2300 - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL – CISALP - 3.3.72.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha: 815

Fonte de recurso:

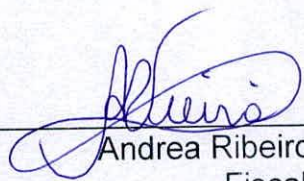
1.500.000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

1.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

2.600.000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

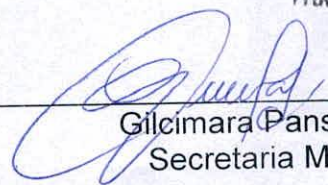
Redação: Alline Carla de Freitas Oliveira

Frutal(MG), 13 de maio de 2026.


Andrea Ribeiro Vieira - Mat.425.202
Fiscal do Contrato

Andrea Ribeiro Vieira
Diretora de Regulação

Gilcimara Pansani Nunes Barbosa
Secretaria Municipal de Saúde
Frutal/MG


Gilcimara Pansani Nunes Barbosa
Secretaria Municipal de Saúde